

FORUM

**das
seis**STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação estudantil da Unesp

Recuperar o poder aquisitivo de maio/2015: esta é a reivindicação salarial de 2018!

“Ajuste fiscal” dos reitores faz salários caírem mesmo em tempos de arrecadação em alta

A partir dos indicativos oriundos da primeira rodada de assembleias para debate da data-base 2018, as entidades que compõem o Fórum das Seis reuniram-se em 16/3 e definiram a reivindicação salarial para este ano. Na quase totalidade das assembleias, servidores docentes e técnico-administrativos apontaram a recomposição do poder aquisitivo de maio/2015 como meta principal da campanha salarial deste ano. Como ainda falta inserir nesta conta a inflação de fevereiro, março e abril/2018, não é possível determinar o valor exato do percentual desse reajuste agora. Por esse motivo, essa reivindicação consta no tópico **II – Salário** da pauta de reivindicação do Fórum das Seis da seguinte forma:

2 – Reposição salarial na data-base para servidores docentes e técnico-administrativos das três universidades e do Ceeteps, já, de acordo com o ICV do Dieese, para voltar ao poder aquisitivo de maio/2015.

No caso dos servidores docentes e técnico-administrativos da Unesp, pagamento do índice de 3% concedido na data-base de 2016 e ainda não quitado pela Universidade, com retroatividade a maio/2016.

Até 3 de abril, segunda rodada de assembleias

Na reunião do Fórum em 16/3, foram incorporadas à Pauta Unificada todas as propostas consensuais construí-



das a partir das contribuições advindas das assembleias de base. Agora, a orientação é de uma nova rodada de assembleias, até o dia 3/4, para que as categorias avaliem o texto final da Pauta. No dia 4/4, as entidades do Fórum voltam a se reunir para fechar, em definitivo, a Pauta 2018 e entregá-la ao Cruesp.

Sem resposta do Cruesp até 1º de maio, o indicativo é discutir greve!

Nossa data-base é 1º de maio. Portanto, é necessário que os reitores apresentem retorno às nossas reivindicações até esta data. De 2 a 4 de maio, as categorias devem realizar nova rodada de assembleias para avaliar o retorno do Cruesp. Se não houver resposta alguma ou se for considerada insuficiente, as assembleias devem debater nossa reação, inclusive a realização de greve.

Abaixo, as próximas datas no calendário de mobilização da data-base 2018:

Até 3 de abril – Segunda rodada de assembleias;

4/4 – Reunião do Fórum das Seis, seguida do protocolo da pauta junto ao Cruesp;

13/4 – Reunião do Fórum das Seis;

Semana de 16 a 20/4 – Sugestão da primeira reunião com Cruesp;

2 a 4 de maio – Assembleias para avaliar retorno do Cruesp;

7/5 – Reunião do Fórum das Seis para definir os próximos passos.



ICMS cresce, salário cai

Enquanto os salários estão em queda livre nas universidades estaduais, o mesmo não se verifica com a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). As universidades recebem 9,57% da quota-parte do estado no ICMS (75% ficam com o estado e 25% vão para os municípios).

Veja abaixo o que aconteceu com o ICMS nos últimos meses:

- O ICMS de 2016 (R\$ 90.278.354.696,00) foi **0,39% menor** que o de 2015 (R\$ 90.631.403.420)
- O ICMS de 2017 (R\$ 94.427.326.241,00) foi **4,596% maior** que o de 2016 (R\$ 90.278.354.696,00)
- O ICMS de janeiro/2018 (R\$ 8.701.484.297,00) foi **10,1325% maior** que o de janeiro de 2016 (R\$ 7.900.918.854,00). Além disso, foi maior que o de dezembro de 2017 (R\$ 8.491.663.526,00), o que não ocorria desde o ano de 2008, quando o ICMS cresceu 21,07% em relação ao do ano de 2007.

Inflação 2017: 2,44% segundo o ICV do Dieese e 2,27% de acordo com o IPC da Fipe.

Ou seja, a arrecadação do ICMS cresceu o dobro da inflação entre 2016 e 2017. Os salários, por sua vez, tiveram zero de reposição.



Índice necessário para voltar a maio/2015

Em fevereiro/2018, os servidores docentes e técnico-administrativos da Unicamp e da USP precisariam de um reajuste de 12,52% para retornar ao poder aquisitivo de maio/2015.

Na Unesp, que não honrou o compromisso dos 3% de maio/2016, esse índice é de 15,90%.

Obs.: Para fecharmos o índice da campanha, falta ainda inserir a inflação de fevereiro, março e abril/2018.

Veja o total que você deixou de receber de maio/2015 a fevereiro/2018

Professor MS3 na Unesp:	R\$ 33.326,48
Professor MS3 na Unicamp e na USP:	R\$ 24.758,92
Técnico-administrativo nível básico na Unesp:	R\$ 5.817,49
Técnico-administrativo nível básico na Unicamp:	R\$ 5.136,48
Técnico-administrativo nível básico na USP:	R\$ 5.265,98
Técnico-administrativo nível médio na Unesp:	R\$ 8.674,94
Técnico-administrativo nível médio na Unicamp:	R\$ 7.588,63
Técnico-administrativo nível médio na USP:	R\$ 9.566,19
Técnico-administrativo nível superior na Unesp:	R\$ 17.175,69
Técnico-administrativo nível superior na Unicamp:	R\$ 14.309,46
Técnico-administrativo nível superior na USP:	R\$ 17.988,36

Insuficiência entra na Pauta. Entenda o que está em jogo

A Pauta Unificada de Reivindicações 2018 passa a contar com um item específico sobre a insuficiência financeira, tema que foi debatido em várias assembleias de base da primeira rodada convocada pelo Fórum das Seis.

O item está no tópico **III – Financiamento**, com a seguinte redação:

4 - Exigência de que o governo estadual respeite o Artigo 27 da Lei Complementar nº 1.010, de 1º/06/2007 e arque com a insuficiência financeira das Universidades com recursos do Tesouro do Estado.

A insuficiência financeira – definida no Artigo 27 da Lei Complementar nº 1.010/2007, que criou a São Paulo Previdência (SPPREV), como “a diferença entre o valor total da folha de pagamento dos benefícios previdenciários e o valor total das contribuições previdenciárias dos servidores” – vem sendo custeada exclusivamente pelas universidades estaduais. Isso contraria o previsto na mesma lei, que estabelece que “o estado de São Paulo é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras”. No entanto, os recursos para garantir a integralidade do pagamento

dos aposentados e pensionistas das universidades estaduais são descontados dos recursos nelas investidos, ou seja, dos 9,57% do ICMS-QPE.

Em 2016, de acordo com dados extraídos do relatório do GT Previdência (entre Fórum das Seis e Cruesp), a insuficiência financeira sequestrou, aproximadamente, 19,5% dos repasses oriundos do ICMS-QPE (9,57%) para as universidades. A previsão, de acordo com dados atuais, é de que alcance algo em torno de 30% em 2026. Ao arripio do que consta explicitamente no texto da lei, o governo a “interpreta” a seu favor, alegando que estas instituições, como parte do estado, estariam obrigadas a cobrir a insuficiência financeira.

Expansão e manobras na base de cálculo do repasse

A insuficiência financeira não é a única via por onde são desviados recursos da Unesp, Unicamp e USP. Além da expressiva expansão sem recursos perenes, temos ainda as manobras na base de cálculo do repasse, que reduzem os



repasse às universidades ano após ano.

Trata-se do seguinte: antes de calcular o repasse dos 9,57% do ICMS-QPE às universidades, o governo retira da base de cálculo (que deveria ser 75% do **total** arrecadado), recursos destinados a itens como Programas de Habitação, juros de mora e dívida ativa. Apenas de 2014 a 2017, essa

“esperteza” do governo estadual gerou uma perda real de cerca de R\$ 1.239.480.000 para Unesp, Unicamp e USP!

O fim destas manobras na base de cálculo e o repasse dos recursos correspondentes à expansão também são pontos da nossa Pauta de Reivindicações (tópico **III – Financiamento**).

Marielle, presente! Amanhã será maior!

Nesta quarta-feira, 21/3, completa-se uma semana desde a covarde execução de Marielle Franco, vereadora pelo PSOL na cidade do Rio de Janeiro, negra e ativista em defesa dos direitos da população pobre das favelas.

O crime ocorreu no dia 14/3/2018, quando Marielle e seu motorista Anderson Pedro M. Gomes retornavam de um evento chamado “Jovens Negras Movendo as Estruturas”. O carro em que estavam foi alvejado por vários tiros, vitimando ambos.

Nos dias seguintes, grandes manifestações ganharam as ruas e praças em todo o país. Novas atividades estão previstas, entre elas o ato público organizado pela Adusp, com o apoio das entidades que compõem o Fórum das Seis, em 21/3, às 17 horas, no Largo de São Francisco, em São Paulo. Participe.

Moção

Em sua reunião de 16/3, o Fórum aprovou moção reivindicando a imediata apuração e responsabilização por este crime hediondo e covarde.

A vereadora vinha denunciando sistematicamente a ação violenta do 41º Batalhão da Polícia Militar na comunidade de Acari. Duas semanas antes, havia assumido a função de relatora da Comissão da Câmara de Vereadores do Rio, criada para acompanhar justamente a atuação das tropas na intervenção federal na área de segurança do Rio de Janeiro. Marielle era socióloga e mestre em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense.



**Marielle, presente!
Amanhã vai ser maior!**

Marielle Franco
(27/7/1979 - 14/3/2018)

Ato 21/3/18, 17h, Largo São Francisco

organização: Adusp, Andes, Adunesp, Adunicamp, Sinteps, Sintunesp, Sintusp, STU, DCE-Livre da USP, CA XI de Agosto, APG-USP, DCE da Unicamp, CSP-Conlutas, Luta Popular, Núcleo de Consciência Negra da USP, Sindicato dos Advogados, Sintrajud, Anel, Quilombo Raça e Classe, Movimento Mulheres em Luta

F6 repudia repressão contra servidores municipais e pede retirada de projeto de Doria

Em sua reunião de 16/3, o Fórum das Seis aprovou moção de solidariedade aos professores da rede municipal de São Paulo e a todos os servidores da capital paulista, em greve contra um projeto enviado pelo prefeito João Doria à Câmara de Vereadores, o PL 621, que impõe violento confisco salarial. Embora a reforma da Previdência do governo Temer tenha sido, momentaneamente, paralisada pela mobilização popular, o prefeito “candidato a governador” quer fazer a sua própria reforma.

Entre outras medidas, Doria pretende aumentar a alíquota previdenciária de 11% para até quase 19%, o que significará drástica redução nos salários.

Na quarta-feira, 14/3/2018, milhares de servidores municipais compareceram à frente da Câmara para exercer seu livre e democrático direito de discordar do projeto. Foram re-

cebidos pela Guarda Civil Metropolitana (GCM) e pela Polícia Militar com bombas de gás, tiros de borracha e cassetetes, ação que culminou em vários feridos, como visto na imprensa. O Fórum das Seis repudia com veemência a brutalidade policial contra os servidores públicos municipais de SP e apoia a reivindicação de imediata retirada do projeto.

Grande ato em 20/3

O Fórum das Seis convida os trabalhadores e estudantes das universidades estaduais e do Centro Paula Souza a participarem do grande ato que está sendo convocado pelas entidades do funcionalismo paulistano para esta terça-feira, 20/3, a partir das 14 horas, em frente à Câmara de Vereadores, que fica no Viaduto Jacareí, nº 100, centro.